O COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA: AUTO-ORGANIZAÇÃO, AGROECOLOGIA E FEMINISMO

Karina Jinkings Alves Rodrigues[1]

Isaac Giribet Bernat[2]

INTRODUÇÃO

A concentração de terra em solo brasileiro é datada desde o período colonial como parte do projeto imperialista de controle de bens, da natureza e da economia, retirando à força a terra de povos originários, quilombolas e camponeses. Esse processo de acúmulo por parte da elite perdurou no país mesmo após a queda do imperialismo, demonstrando seu propósito político de expressão de força pela pequena parcela detentora daquela terra, atingindo um de seus momentos críticos durante a expansão capitalista ocorrida na década de 1970, dentro do período da Ditadura Militar (1964-1985), que impulsionou a substituição da mão-de-obra pela maquinária, resultando na expulsão de camponeses de suas terras. Essa ação se desdobrou em duas consequências: obrigou parte desses camponeses a se deslocar para cidades em processo de crescimento como etapa da industrialização ou para regiões de colonização, onde eles não conseguiam se reproduzir como camponeses, pois essas regiões, além de não terem vocação para a agricultura familiar, tinham governos que estimulavam politicamente a mão de obra para o garimpo e para a extração de madeira (Fernandes; Stédile, 2005).

Foi pela luta organizada dos camponeses em prol de permanecer em suas terras ou poder se inserir novamente a outras através de processos de reterritorilização que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge, em 1984, no sul do país, espalhando-se para o território nacional através da criação de uma identidade social comum dos trabalhadores rurais desprovidos de terra (Fernandes; Stédile, 2005), fazendo com que eles se reconheçam dentro de um determinado contexto e se utilizem dele para lutar pelos seus direitos enquanto cidadãos ao retomar e resgatar suas raízes (Carvalho, 2021).

As ações do Movimento no Maranhão datam desde a gênese do Movimento, em decorrência ao histórico de conflitos nas décadas anteriores envolvendo grileiros, posseiros e grandes proprietários de terra, resultando na formação de oposições ao sindicalismo institucional e no Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU). O CENTRU possuiu como base de sua formação os retirantes nordestinos diretamente afetados pelas expulsões realizadas pelos grileiros, grupo que passou a agir com maior intensidade após a abertura a grandes latifúndios e à concentração fundiária através do mapeamento e venda de terras devolutas aprovada pela conhecida como Lei Sarney de Terras de 1969, responsável pela inflamação dos conflitos agrários no estado.

O CENTRU esteve presente representando o Maranhão no o 1° Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba no ano de 1985, e possuiu caráter importante na realização de debates e mobilizações com os trabalhadores rurais do estado (Giribet Bernat, 2017). Mesmo possuindo objetivos parecidos sobre a aplicação da Reforma Agrária e trabalhando de forma conjunta nos primeiros anos de ações no Maranhão, as pequenas disparidades elevaram-se nos anos seguinte, até o MST se desvincular ao CENTRU e ao mundo sindical institucional em 1990, passando a agir através de sua própria organização na criação de acampamentos e ocupações, expandindo-se e consolidando-se no estado em áreas além do sul do Maranhão, onde o trabalho sindical se fazia mais presente (Giribet Bernat, 2017).

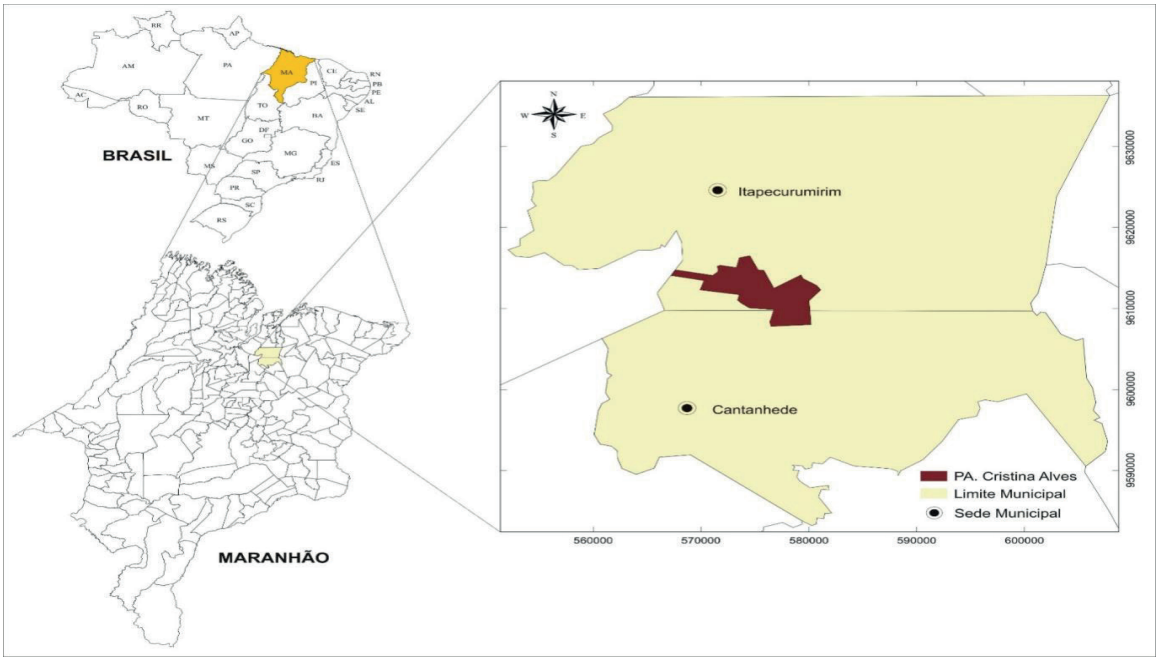
1 Discente em Ciências Sociais Bacharelado, Universidade Estadual do Maranhão. E-mail:karinajinkings@gmail.com

2 Doutor em História, Docente do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: neri54@yahoo.es

A partir da sua consolidação no estado, o Movimento adotou a articulação orgânica das chamadas "Regionais", que levaram em consideração os parâmetros de ordem geográfica sem avaliar o número de famílias assentadas. É com a premissa de articulação interna que se fortificam as ações de base do MST no Maranhão que foram criadas, ao todo, seis regionais ligadas ao Movimento, sendo uma delas a Regional Itapecuru, criada na segunda metade de 1990, abrangendo as microrregiões geográficas[3]de Chapadinha, Itapecuru e Coelho Neto.

As ações de base do MST dentro da Regional Itapecuru possibilitaram a criação de dez assentamentos e três acampamentos (ver Figura 1) através da luta pela Reforma Agrária. Uma das áreas da Regional com maior inserção do MST é o Assentamento Cristina Alves, localizado no município de Itapecuru-Mirim, que passou pelo processo de desapropriação pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2007, após uma longa sequência de ocupações e criações de acampamentos realizados por dois grupos de Sem Terra que seriam assentados no Cristina Alves (Giribet Bernat; Medina; Araujo, 2023). Levando em consideração de que houve dois processos históricos de lutas e famílias diferentes, o Cristina Alves foi organizado em duas agrovilas distintas, a Vila Cabanagem e a Vila 17 de Abril Vila 17 de Abril e a Vila Cabanagem, onde o Coletivo de Mulheres "Arte é Vida" é criado pela organização de mulheres buscando uma forma de geração de renda.

Figura 1 – Mapa de localização do Assentamento Cristina Alves.



Fonte: GIRIBET BERNAT; MEDINA; ARAÚJO, 2023.

O Coletivo "Arte é Vida" foi criado entre os anos de 2008 e 2009 – consolidando-se em 2012 – através da iniciativa das próprias mulheres da Vila 17 de Abril de se organizarem em grupo para a obtenção de renda. Esse grupo transitou entre a inicial elaboração de artesanato até a produção de alimentos agroecológicos e a criação de animais de pequeno porte durante sua mais de década de existência.

Portanto, a partir da compreensão da importância conquistada desse grupo dentro do Cristina Alves e dos atributos políticos de estímulo à independência e emancipação feminina no contexto de um Assentamento de Reforma Agrária do MST, a pesquisa possuiu como objetivo construir um histórico do Coletivo de Mulheres, desde as motivações que levaram

3 Conjunto de municípios contíguos e foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço.

a sua fundação até o momento de encerramento da pesquisa, identificar as motivações que levaram à sua criação, descrever as diversas formas de organização interna que o grupo adotou desde sua gênese e analisar as causas que levaram essas mulheres a adotar uma produção de matriz agroecológica. Visando trazer a perspectiva daquelas que vivenciaram sua criação e suas mudanças ao decorrer dos anos iniciais até o presente momento, as análises realizadas no texto foram feitas a partir das experiências das mulheres que coordenam o "Arte é Vida", juntamente de dirigentes estaduais do MST que acompanharam o processo de criação desde sua gênese.

METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa, foi realizada a revisão bibliográfica de dezesseis (16) textos durantes o período da Cota Pibic 2024-2025 (Guhur e Toná, 2012; Borsatto; Carmo, 2013; Sevilla-Gúzman, 2004; Silprandi, 2013; Stédile; Fernandes, 2005; Giribet Bernat, 2019; Giribet Bernat; Medina; Araujo, 2023; Giribet Bernat, 2023; Santos; Picolotto, 2019; Gonçalves, 2009; Esmeraldo, 2013; La Via Campesina, 2021; Ferreira, 2002; Portelli, 2021; Minayo, 2012; Delgado, 2008). Tais bibliografias fazem referência aos quatro eixos principais estudados, sendo estes Agroecologia, Auto-organização, Feminismo Camponês Popular e História Oral, onde cada uma das temáticas possuiu quatro (04) obras de referência.

Ademais, seguindo os princípios da História Oral, que possui, historicamente, o papel político de ouvir grupos minoritários e aquelas pessoas à margem da sociedade (Ferreira, 2002), foram criados roteiros junto ao professor orientador para a realização de entrevistas semiestruturadas, sendo realizadas uma (01) com a dirigente estadual do Setor de Gênero do MST, no dia 11 de agosto de 2023; uma (01) com a coordenadora geral do Coletivo "Arte é Vida", no dia 1 de outubro de 2024; uma (01) com a dirigente estadual do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, no dia 17 de junho de 2025; e uma (01) com outra coordenadora do Coletivo, no dia 29 de julho de 2025. A transcrição, organização e sistematização em documento de todas as entrevistas também foram realizadas ao longo do período da bolsa.

Por mais que não estejam explicitados no Plano de Trabalho da Bolsista, durante o período, também foram realizadas trabalhos de campo no Assentamento Cristina Alves para que, além dos objetivos listados acima, houvesse um contato direto que facilitou a compreensão da realidade que foi pesquisada.

Há a compreensão por parte da pesquisadora de que o MST é um movimento complexo e vasto que abrange diversos temas dentro de uma luta principal: a Reforma Agrária Popular. As leituras bibliográficas são de suma importância para o entendimento da história do Movimento a uma abrangência regional, estadual e nacional. Entretanto, adentrando no tema mais particular que é o Coletivo de Mulheres "Arte é Vida", os textos bibliográficos tornam-se escassos, sobretudo perante os objetivos específicos da pesquisa.

Por esse motivo, a pesquisa buscou valorizar as experiências e as memórias que são relatadas em cada entrevista que não foram abordadas em outras fontes anteriormente. Esse enfoque outorgado a esses relatos traz consigo um olhar mais íntimo das dificuldades enfrentadas por aquelas mulheres, como em especial sobre as questões de gênero enfrentadas por elas e suas companheiras enquanto mulheres, camponesas, Sem Terra e produtoras agroecológicas. Portanto, por historicamente estar ligada aos processos de ouvir diretamente a voz daqueles que ativamente participam de processos históricos marginalizados (Ferreira, 2002), a História Oral se mostrou como metodologia mais eficaz na atividade de construção da historicidade do Coletivo de Mulheres "Arte é Vida", levando em consideração as mudanças em sua organicidade, nos seus processos produtivos e nas dificuldades enfrentadas.

Por fim, é importante ressaltar que para o desenvolvimento da pesquisa, que detém cunho qualitativo, os trabalhos de campo exerceram o papel fundamental de proporcionar o contato, a observação através de seu ponto de vista e a inclusão do sujeito político estudado em uma pesquisa com teor sociopolítico. Os trabalhos realizados, para além dos objetivos

das entrevistas e seminários realizadas por outra bolsista[4], cumpriram o papel de fortalecer os laços entre a área acadêmica-científica e o campo, possibilitando o melhor entendimento da realidade vivenciada pelo "Arte é Vida", uma vez que as mulheres do Coletivo também foram responsáveis pelo acolhimento do grupo de universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação e a participação feminina

Como mencionado anteriormente¸ para o alcance dos objetivos estabelecidos as leituras bibliográficas realizadas sobre os temas abordados possuíram papéis essenciais para a compreensão prévia do contexto ao qual o Assentamento se estabelece e do local aonde as mulheres do Coletivo estão inseridas, sendo possível, por exemplo, fazer associações com as influências nas lutas e nas conquistas históricas das mulheres Sem Terra ao longo da história do Movimento (Gonçalves, 2009), que foram de extrema importância para criar as condições necessárias para o surgimento do "Arte é Vida", fruto de seu contexto social enquanto grupo organizado por mulheres camponesas (Montelo, 2025), que reluz os ideais construídos ao longo dos anos de Movimento pelas mulheres em ocupar politicamente e ativamente espaços aos quais, por muitas vezes, são considerados masculinos.

Realizando um apanhado de todas as entrevistas, com Simone Silva Pereira[5], Rosirene da Costa Lima[6], Marina Alzerina Carneiro Montelo[7] e Márcia Alves dos Santos[8] , é possível constatar que, mesmo que o Coletivo tenha sido criado através da vontade própria das mulheres da Vila 17 de Abril, sem uma influência externa de uma política específica de criação de Coletivos de Mulheres do MST, ele verdadeiramente se concretiza devido ao ambiente ali mantido pela construção e manutenção da luta coletiva incentivada pelo Movimento (Montelo,2025). Mesmo sendo criado fora das políticas específicas do MST, é justamente devido a ele, suas influências políticas e as experiências sociais vividas por aquelas mulheres que já possuíam um pensamento alinhado aos saberes do Movimento – em especial sobre auto-organização e a Agroecologia – que o Coletivo se formou (Montelo, 2025). Ou seja, a influência do Movimento Sem Terra, mesmo que não de maneira direta, foi primordial para seu surgimento.

A busca pela renda para essas mulheres possui um papel de emancipação e independência. O campo é, historicamente, um local conservador quando se trata da manutenção dos papéis de gênero casa-roçado, no contexto do campesinato atual (Esmeraldo, 2013) onde, após a participação ativa das mulheres nos ocupações e acampamentos na luta pela terra e, então, a desapropriação delas, volta-se a viver na divisão onde o marido trabalha na roça e a mulher fica responsável pelo trabalho doméstico. Dessa maneira, as mulheres consequentemente encontram-se submetidas ao dinheiro do "provedor da casa", contexto esse que, como relatou Rosirene Lima, pode permitir o início de um ciclo de violência doméstica, uma vez que aquela mulher, sem recurso financeiro por muitas vezes não possuir uma forma de ganho, não consegue sair daquela situação, questão também apontava por Simone Pereira, que acrescenta o combate realizado pelo Movimento como um todo pela emancipação das mulheres, exemplificando através da luta e da conquista do direito das mulheres de possuírem seus nomes nos títulos das terras, algo antes não permitido:

> Um outro ponto que aí já é um avanço que a gente vai tendo, que sempre que, é, aparece, é esse da questão do trabalho e renda. A gente chega nessa elaboração mais sistemática, né, de que, é... além dessa participação pra construção dessa emancipação das mulheres, a questão do trabalho e renda ela é muito importante,

4 Trata-se da extensionista Leide Ana Miranda Lima responsável pelo projeto "Reforma Agrária e Violência de Gênero: Sensibilização junto ao Coletivo de Mulheres Arte é Vida (Assentamento Cristina Alves/MST, Itapecuru-Mirim)".
5 Dirigente estadual do Setor de Gênero do MST.
6 Coordenadora geral do Coletivo de Mulheres "Arte é Vida".
7 Dirigente estadual do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST e membro do Coletivo.
8 Coordenadora dos suínos do Coletivo de Mulheres "Arte é Vida".

> da gente perceber qual é a participação das mulheres no trabalho e na construção da renda nos assentamentos né, então, essa é uma outra, um outro viés desse tripé. E o terceiro, que é a questão do combate mesmo, às violências contra as mulheres, né, a esse jeito que a sociedade organiza, onde as mulheres, elas são invisibilizada ou criminalizada né, digamos assim. E aí isso aparece nisso, num trabalho doméstico que não é valorizado, aparece, né, de que, antes os títulos né, como você bem sabe, eram no nome dos homens, né? Ou seja, todas essas lutas a gente foi participando pra que as mulheres tivessem documentos, né, ou seja, fizemos várias campanha da docu... pela documentação das mulheres, depois fizemos várias campanhas pra que as mulheres, é... tivessem seu nome no título da terra, né? Isso não era uma luta assim só do Movimento, né? Mas junto com outros movimentos de mulheres camponesas, né, sindicais aqui no Brasil (Pereira, 2023).

A prática artesanal, entretanto, não se manteve como a principal linha produtiva do Coletivo. Como afirmou Alzerina Montelo, desde o ano de 2010 já existiam discussões sobre a implementação de atividades produtivas ligadas à agropecuária, todavia, sua implementação ocorreu apenas alguns anos depois. Em 2012, o Coletivo de Mulheres "Arte é Vida" foi oficialmente consolidado e iniciou o processo de criação da horta coletiva. O marco para sua consolidação foi a entrega de uma residência de alvenaria (ver Figura 2) que havia sido previamente abandonada por seus antigos moradores, junto do empréstimo de mil reais por parte da Associação Irmã Dorothy[9], para a reforma da casa e construção da horta, dessa forma, elas sairiam da casa de taipa anteriormente autoconstruída para as práticas artesanais, como expõe Montelo (2025):

> [...] Coletivo discutiram, inclusive eu estava na nossa reunião e defendi, tanto na reunião do Coletivo de levantar o ponto, como na Coordenação, de que aquela habitação, que era de alvenaria, pudesse ficar à disposição do Coletivo de Mulheres. Que a gente não botasse nenhuma família para morar lá, porque era um espaço ali próximo, inclusive, ficava próximo da casa da nossa coordenadora, que a gente consolidou, é coordenadora até hoje, e ficava perto para a controlar a... organizar. E tinha um quintal que permitia construir uma horta. Então por isso que é contado a fundação do grupo nesse período. Mas o grupo, ele é anterior. O artesanato começa lá em 2009.

Figura 2 – Entrada da sede do Coletivo (primeiro trabalho de campo).



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

9 Representante legal de todas as famílias assentadas (independentemente da Vila ou de sua proximidade com MST).

Em sua fala, também é possível extrair o esclarecimento de que o Coletivo é anterior ao ano de 2012, essa data possuindo ênfase devido à conquista da casa, informação essa que é difundida e inclusive está presente em certas leituras e na fala da Rosirene Lima, algo comentado com Alzerina Montelo em sua entrevista, ao qual respondeu entender a relação do início do Coletivo com o ano de 2012 devido a concessão da casa, mas que na realidade o grupo daquelas mulheres que trabalhavam com o artesanato era anterior.

Transição para a produção agroecológica

A princípio, a produção dos alimentos da horta coletiva visava o consumo interno ao Assentamento, por questão de necessidade, com foco na melhora dos cardápios alimentares dos assentados, pois não era possível/viável transportar o alimento produzido no Assentamento para a cidade devido a longa distância e a falta de um meio de locomoção que pudesse realizar o transporte:

> Na 17, a gente fez a debate da produção de alimento para a sustentabilidade mesmo local. Era pra gente ter produtos pro consumo interno. Até porque a gente não conseguia ainda pensar, por mais que tava nosso debate, a comercialização, que é a questão da Cooperativa, né? Mas você não tem um mercado direito. A gente não tinha uma bicicleta no Assentamento. Como é que tu vai produzir horta e vai vender a horta? Então, nosso debate era interno. Ter uma horta para produzir e para comer aqui dentro (Montelo, 2025).

Desde o início, a produção seguiu-se os princípios da Agroecologia ao selecionar técnicas e tecnologias que não degradassem os recursos naturais, como a escolha de não utilizar agroquímicos e transgênicos (Sevilla-Guzmán, 2004). A adoção de práticas agroecológicas está intrinsicamente relacionado à sistematização dos conhecimentos, baseados em técnicas e saberes tradicionais, que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas, adotadas como política nos anos 2000 pelo Movimento através da sua aproximação com as questões ambientais e com a Via Campesina (Borsatto; Carmo, 2013).

O Coletivo, antes de se estabelecer inteiramente com uma produção agroecológica, passou pelo processo de transição, mas sempre visando uma produção livre de transgênicos, agrotóxicos e conservantes que são amplamente utilizados em diversas produções agrícolas, se posicionando igualmente na luta contra o agronegócio. Rosirene Lima demonstra apreensão principalmente sobre a qualidade da comida comprada anteriormente, e enxergou nas hortas coletivas (ver Figura 3) e nas metodologias agroecológicas aprendidas, muitas através da coação junto à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), uma oportunidade consumo mais saudável e menos prejudicial à sua saúde e ao meio além do controle sobre o que é produzido:

> A gente começou a fazer pesquisa e discutir por que que tá acontecendo? Por que que temos a gente com dor no estômago, né? Às vezes estou comendo um couve, um alface que é só barragem. Às vezes jogam uma barragem na formiga e ficam lá na folha pra gente comer. Não sai. Às vezes a pensa, 'Ah, vou botar, mas se eu vou jogar uma água vai sair.' Não sai. A gente fica se alimentando achando que tá se alimentando e tá se matando, né? E aí a gente vem fazendo essa discussão, fazendo essa discussão e tentando inserir na, na, na... No nosso dia a dia. Vamos plantar... E dá pra produzir, a gente ia fazendo o nosso inseticida com funil, com... Ontem mesmo eu joguei bastante água de mandioca nos formigueiros, matou tudinho. Água de mandioca mata tudinho (Lima, 2024).

Figura 3 – Membro do Coletivo trabalhando na horta.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Com a consolidação do Coletivo e a transformação do cenário perante o mercado e o transporte até a cidade, seja por meio da Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru (COOPEVI) (localizada na Vila Cabanagem) ou por meios próprios, o Coletivo de Mulheres "Arte é Vida" ganhou força e reconhecimento, passando a ocupar mais funções dentro do Cristina Alves. Atualmente, o grupo divide obrigações dentro dele que anteriormente eram exclusivamente da Associação Irmã Dorothy, por exemplo, como a recepção dos estudantes que os visitam em trabalhos a campo e a preparação do almoço para esses estudantes (ver Figura 4) – com todos os alimentos produzidos e cozinhados pelas mulheres do Coletivo –, a organização de datas festivas, sendo o principal responsável pelo calendário cultural e comemoração de aniversários e feriados. Entretando, como é dito por Montelo (2025):

> A tarefa que antes era da Coordenação e que ele tinha mil e uma coisas a fazer, e mais isso, ainda tinha que caçar uma mulher pra cozinhar, ainda tinha que interditar quem queria receber o grupo, hoje a gente transmitiu pro Coletivo de Mulheres. Tanto a tarefa das visitas, como a tarefa das festas, como toda essa agenda de alimentação, tá focado nos dois coletivos. A mesma coisa a gente consegue fazer com a Cabanagem, né? E aí cabe, e o que nos compete enquanto Coordenação é ajudar a receber e apresentar um Assentamento, mas a alimentação a gente não se preocupa.

Figura 4 – Momento da realização do almoço.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

É possível afirmar que o Coletivo, para além de um grupo de mulheres que decidiram se organizar para conquistar independência e renda, são um grupo que prezam pela manutenção do Assentamento como um todo, atendendo as necessidades de consumo dos moradores e, como dito anteriormente, contribuindo com responsabilidades associadas exclusivamente com a Associação ou à Coordenação do Assentamento, possuindo um pensamento fortemente influenciado pelo MST, na perspectiva da ajuda coletiva, movimento ao qual todas se identificam e compreendem suas influências, incluindo na área da organicidade, como afirma Pereira (2023):

> E o MST, ele é essa... ele é essa base de sustentação, também, daquele Coletivo, porque muitos valores, muito da identidade, muito do jeito de organizar, tá diretamente vinculado ao processo organizativo do Movimento, né. Então eu diria que um é intrínseco ao outro, né?

Auto-organização ecriação do histórico

O avanço das técnicas aprendidas através de parcerias com instituições, como o ensino de inseticidas naturais através dos estudantes da UEMA ou do ensino de manejo de suínos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) comentadas por Lima, possibilitaram a oportunidade da criação de animais, como galinhas e, em especial, suínos, que surgiram, novamente por questão de necessidade, de ser uma possibilidade mais rentável de sustentação financeira e do próprio interesse das mulheres em obter mais conhecimento e reconhecimento através de novas práticas. Atualmente, Dos Santos (2025) aponta a necessidade do selo de registro sanitário como um dos incentivos para consolidar as práticas produtivas e de manejo de animais do Coletivo, visto que essa conquista seria essencial para uma maior abertura de políticas públicas que já auxiliam na venda de seus produtos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Compras de Agricultura Familiar (PROCAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo. Complementando a fala anterior,

Rosirene Lima reforça que os recursos necessários para os cursos ensinados a essas mulheres só são possíveis justamente por elas serem um grupo, visto que se fosse de interesse particular de uma mulher essas oportunidades seriam mais difíceis, reforçando em seus discursos a importância da luta coletiva, em especial a feminina.

Com os relatos adquiridos através das entrevistas, foi possível a criação de uma linha do tempo (ver Figura 5) que compreende a trajetória realizada por essas mulheres na sua batalha pelo reconhecimento e pela renda, fatores apontados como principais por esse grupo na busca de novos conhecimentos, técnicas e produções.

Figura 5 – Histórico do Coletivo "Arte é Vida"



Fonte: Pesquisa pessoal, 2025.

Anteriormente, o grupo organizava-se apenas através da coordenação geral, representada pela Rosirene Lima, entretanto, devido às progressivas mudanças realizadas nas áreas de produção, onde a expansão da abrangência das produções do Coletivo, que para além da horta, trabalhando também com plantas medicinais, polpas, animais, coco babaçu, agroindústria e pretendendo desenvolver novas áreas, foi necessária a invocação de uma nova organização onde atribuía-se uma responsabilidade a cada membro. No início dessa organicidade, essas mulheres eram denominadas de apenas de responsáveis, mas atualmente são reconhecidas como coordenadoras dessas áreas (Dos Santos, 2025), nomenclatura oriunda do MST. Todas possuem as funções de organizar o calendário mensal, prestar contas e discutir as tomadas de decisões nas reuniões semanais das sextas, que são realizadas coletivamente, pois elas entendem que, mesmo com cada uma sendo atribuída uma responsabilidade específica, aquilo que é produzido e cultivado no Coletivo é de todos os membros, portanto todas devem discutir até chegar em consenso sobre as decisões a serem tomadas em cada área, como apontou Dos Santos (2025):

> [...] Nós temos a reunião toda sexta-feira, a gente, durante a semana, vamo organizando os pontos, e quando chega na sexta-feira, aqueles ponto que a gente vamos organizando durante a semana vamos todos discutir eles, aí lá a gente discutindo todos os pontos e chegamos à conclusão [...]

O Coletivo enquanto dispositivo de quebra de parâmetros machistas no campo e fortalecimento feminino

A trajetória do Coletivo, especialmente após a adoção da produção de matriz agroecológica, fortaleceu essas mulheres para além de um grupo produtivo e responsável por parte da organização do Assentamento. As pautas da independência e da emancipação feminina se fizeram presente desde a gênese do "Arte é Vida" com a produção do artesanato para a conquista de uma renda, visando inserir a mulher no campo gerador de renda monetizada e retirá-la do papel de exclusiva dependência de um parceiro ou "homem da casa". Na entrevista realizada no dia 29 de julho de 2025 (ver Figura 6), Márcia Dos Santos relatou as diferenças em suas vivências na cidade e no Assentamento, onde anteriormente ela exercia apenas o trabalho doméstico não-monetizado e, ao se mudar para o Cristina Alves, em 2016, começou a participar da vida produtiva e financeira da casa. Além dessa diferença, ela comenta sobre o incentivo realizado por parte do Coletivo de iniciar e estabelecer diálogos com seu filho e marido sobre eles também realizarem as atividades da casa, desconstruindo pensamentos machistas, como ela afirma no trecho da entrevista:

> Fui aprendendo e fui ensinando pro meu filho. Porque dentro de casa não é só mulher que faz as coisas, homem também faz. E fui dizendo o que pra ele que não é porque ele faz coisa que ele é uma mulher, ele é um homem, pra ele largar de ser machista. Principalmente eu falo pro meu filho sobre o machismo [...]. E o Coletivo foi e me ajudou também sobre essa parte (Dos Santos, 2025).

Figura 6 – Momento da entrevista com Márcia Alves Dos Santos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

De maneira conclusiva, é observavel que o Coletivo de Mulheres "Arte é Vida" desempenha diversos papéis políticos dentro das esferas de produção e de organização dentro do Assentamento Cristina Alves, especialmente por se reconhecerem enquanto minoria nos papéis de gênero exercidos na sociedade que também se refletem no campo e são criados processos para serem combatidos. Em sua entrevista, Pereira (2023) indica a preocupação do Movimento de trabalhar o Feminismo Camponês Popular dentro de uma esfera mais prática, exercendo o papel

de ensiná-lo de forma a incentivar a participação das mulheres do Coletivo nas lutas do MST e de outros grupos de mulheres ligados à terra – como o da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC)– e entendendo-o como uma bandeira a ser levantada sobre os seus direitos. Paralelamente, como presente em falas anteriores, esse grupo de mulheres possui o reconhecimento dessas desigualdades através de suas próprias experiências vividas e relatadas, e sempre se demonstram à disposição de aprender mais sobre as questões de gênero, principalmente sobre os tipos de violências que as mulheres podem sofrer. O "Arte é Vida" também exerce o papel de acolhimento das mulheres vítimas de violência no Assentamento e, dessa forma, elas buscam, em conjunto com a UEMA, identificar formas menos explícitas de violência, como reagir perante essas situações e repassar essa conscientização para os jovens e os homens, esses últimos que, como relatado por Rosirene Lima, em sua maioria, infelizmente, demonstram pouco interesse nas palestras e discussões sobre tais assuntos.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos nesse estudo demonstram a maneira que a pesquisa e a extensão se complementam e, almejando a melhor realização de um trabalho, como ambas são inseparáveis. Analogamente expõe que contato realizado com as mulheres do "Arte é Vida", ora fosse para a realização das entrevistas semiestruturadas, ora fosse para acompanhar a realização do trabalho de extensão no Assentamento, permitiu uma análise material da realidade daquelas mulheres muito mais aprofundada e além do que já havia sido documentado. As leituras bibliográficas iniciam algumas discussões, mas o alcance dos objetivos da construção do histórico do Coletivo e dos demais objetivos que surgiram durante a construção da pesquisa, das diferentes formas organizacionais adotadas até a razão para a adoção de uma produção de matriz agroecológica, **só f**oram possíveis graças ao contato direto com o grupo, ouvindo suas histórias, que, por consequência, também são a história do Coletivo de Mulheres.

A existência desse grupo expõe a pluralidade presente dentro do MST e como a história desse Movimento influencia o andamento do Coletivo. Por mais que tenha surgido de uma iniciativa individual, e não vinculada a uma política específica do Movimento a nível regional, estadual ou nacional, as mulheres do Coletivo se entendem como membros do MST e abraçam suas formas organizacionais e as políticas adotadas por ele, como a da produção agroecológica, além de possuírem claras influências dos movimentos femininos autônomos existentes durante a gênese do Movimento que lutaram pelo seu espaço enquanto trabalhadoras e camponesas, processo ocorrido também no Assentamento Cristina Alves.

Ademais, as maneiras em que as mulheres transformaram a sua forma de auto-organiza**ção** ao decorrer dos anos possuíram impacto nas atividades produtivas, ao designar uma coordenadora por cada linha produtiva, como anteriormente apontado. Observou-se também como os três assuntos estudados na pesquisa – auto-organização, Agroecologia e feminismo – dentro do contexto do Coletivo, não podem ser analisados em sua forma isolada, pois cada um desses tópicos se interliga e se fortalece junto dessas mulheres e, para além de não poderem ser separados, afirma-se que não existe Coletivo de Mulheres "Arte é Vida" sem esses três temas trabalhados de maneira interseccional, visto o exercício de cada um no papel da construção da luta desse grupo.

Por fim, foi possível o entendimento do peso da renda para essas mulheres, sendo esta a principal motivação por trás da criação e das mudanças dentro do grupo ao longo dos anos, desde a produção artesanal até a atualidade, onde as mulheres organizam-se em torno do trabalho na horta, na agroindústria e na criação de animais. A renda possuiu um papel fundamental na criação do Coletivo, pois significava também, a possibilidade de emancipação daquelas mulheres que, com as bases criadas pelo Movimento, adquiriam a consciência sobre a importância da sua independência. A renda também foi um pilar para a continuação da produção agroecológica, uma vez que sua adoção esteve mais ligada à preocupação com a alimentação do

Assentamento, junto ao incentivo existente dentro do MST. Outra área que deixou explícito a relação entre o Coletivo e o Movimento é a organização interna seguida pelas mulheres que, com a expansão de suas áreas produtivas, adotaram os títulos de "coordenadoras" dentro do grupo para designar as responsáveis por cada uma das produções, expondo novamente o pertencimento e a identificação do Coletivo de Mulheres "Arte é Vida" perante o Movimento Sem Terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador Isaac Giribet Bernat, por ter me chamado para participar dessa pesquisa juntamente com a Fundação de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Maranhão (FAPEMA), por ter ofertado a bolsa e contribuído para o andamento da pesquisa. A distância de São Luís, onde se localiza a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), perante o município de Itapecuru-Mirim, se demonstrou como uma dificuldade nos processos de construções de históricos de grupos à margem da sociedade, como é o caso das mulheres camponesas do Coletivo de Mulheres "Arte é Vida", entretanto, o orientador junto do setor administrativo e de transporte da Universidade possibilitaram os trabalhos de campo que foram essenciais no processo da pesquisa. A criação de um histórico, junto com as motivações por trás de sua criação, mudança organizacional e de reorganização do trabalho exercido por esse grupo, resultados que apontam para a questão da renda, independência financeira e alinhamento às pautas internas do Movimento, não haveriam sido possíveis sem esses sujeitos e instituições.

FONTES ORAIS

LIMA, Rosirene da Costa [Rosirene Lima]. Entrevistadores: Isaac Giribet Bernat, Karina Jinkings Alves Rodrigues. Itapecuru-Mirim, MA, 1 out. 2024.

MONTELO, Maria Alzerina Carneiro [Alzerina Montelo]. Entrevistadores: Isaac Giribet Bernat, Karina Jinkings Alves Rodrigues. São Luís, MA, 17 jun. 2025.

PEREIRA, Simone Silva [Simone Pereira]. Entrevistador: Isaac Giribet Bernat. São Luís, MA, 11 ago. 2023.

SANTOS, Márcia Alves dos [Márcia dos Santos]. Entrevistadores: Isaac Giribet Bernat, Karina Jinkings Alves Rodrigues. Itapecuru-Mirim, MA, 29 jul. 2025.

REFERÊNCIAS

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. **A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 51, n. 4, p. 645-660, dez. 2013.

CARVALHO, Carolina Martins de. **A construção de um espaço social: o setor de gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. *Revista Eletrônica de Filosofia Alamedas*, v. 9, n. 2, 2021.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

GIRIBET BERNAT, Isaac. **MST na regional Itapecuru: uma história da luta pela terra no Maranhão**. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017. *Anais* [...]. 2017. Disponível em: https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt06_1506902292_arquivo_isaacgiribetbernat_singa-20171.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

GIRIBET BERNAT, I.; MEDINA, J. C. B.; ARAUJO, J. R. G. **Luta pela reforma agrária no Maranhão: a trajetória das famílias da Vila Cabanagem (Assentamento Cristina Alves/MST)**. *In*: FERREIRA, Marcia Milena Galdez; ROCHA, Cristiana Costa da (org.). *O rural no meio norte: terra, trabalho e cultura*. São Luís: Editora UEMA, 2023. p. 93-124.

GONÇALVES, Renata. **(Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST**. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul./dez. 2009.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. Córdoba: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, 2004. Mimeografado.